



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 06/2017

Proposio : Projeto de Lei n 02/2017

Autoria : Executivo

Assunto : Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termos de Colaborao e de Fomento com pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam na área da Assistência Social, Saúde e Educao e dá outras providências.

1

A Câmara Municipal de Guar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

APROVA:

Artigo 1. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de colaborao e de fomento, e eventuais termos de aditamento, com as organizaoes da sociedade civil, entendidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam na área da assistência social, saúde e educao para co-financiamento de suas atividades na forma do termo constante do **anexo único** desta Lei.

 1. Os termos de colaborao poderão ser celebrados pelo Município nos casos de transferências voluntárias de recursos para consecuio de planos de trabalho propostos pelo Município, em regime de mútua cooperao com organizaoes da sociedade civil selecionadas por meio de chamamento público, dispensa ou inexigibilidade. Observadas as prescrioes do artigo 33 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

 2. Os termos de fomento poderão ser celebrados pelo Município nos casos de transferências voluntárias de recursos para consecuio de planos de trabalho propostos pelas organizaoes da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperao com o Município.

 3. As entidades deverão prestar contas, perante a Divisão de Gestão Orçamentária da Secretaria Municipal de Finanças, anualmente, até 31 de janeiro, em relao aos recursos recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior.

 4. A prestao de contas referida no parágrafo anterior se dará mediante apresentao de toda a documentao exigida nas Instruoes e Resoluoes vigentes, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ 5. Para fiel observância e cumprimento desta Lei, o Poder Executivo poderá expedir os atos administrativos que se fizerem necessários.

Artigo 2. Para a celebração de parcerias, na forma prevista nesta Lei, as instituições deverão atender às condies do artigo 33 e 34 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014:

I - Estar em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da Prefeitura Municipal de Guar.

II - Haver sido declarada como de utilidade pública municipal, observado o artigo 34, inciso V da Lei Orgânica do Município de Guar.

III - Estar com a diretoria devidamente constituída, empossada e em atividade.

IV - Estar adequada, no caso de instituição que atenda a crianças e adolescentes, idosos e às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

V - Haver apresentado o Plano de Trabalho  Secretaria competente, tendo sido o mesmo aprovado para implementação. Observado o atendimento  prescrição do artigo 22 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

VI - Atender exclusivamente mnicipes da cidade de Guar.

VII - Provar a regularidade relativa aos tributos e contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, Caixa Econmica Federal – FGTS e Seguridade Social – INSS.

VIII - Estar com o Estatuto social em vigor e última alteração, se houver, devidamente registrados e em acordo com a exigência da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, mesmo no que concerne à transferências de bens em caso de extinção.

IX - Proceder à inscrição dos serviços junto ao Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos Setoriais por ocasião do início das atividades.

X - Apresentar Declaração de que não possui parentes de diretores, sócios, conselheiros, instituidores ou benfeitores até 3 grau contratados para atividades remuneradas.

XI - Apresentar Declaração de que não possui agente público no exercício, a qualquer título, em cargo de direção da entidade.

XII - Apresentar Declaração firmada pelos membros da Diretoria que não recebem remuneração, nem usufruem direta ou indiretamente de vantagem ou benefício a qualquer título.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

XIII - Caso a entidade, que apresente plano de trabalho, não cumpra os requisitos das condições estatutárias, deverá regularizar no prazo de até 90 (noventa) dias.

XIV - Apresentar cópia do cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição, com prazo de validade em vigência.

XV - Apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais e Federais.

XVI - Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

XVII - Apresentar Balanço Patrimonial ou demonstração contábil exigida nos termos da lei.

XVIII - Elaborar a proposta de Plano de Trabalho observando minimamente o modelo apresentado pelo órgão gestor e rigorosamente a legislação da Política Pública setorial vigente.

XIX - Apresentar Declaração de que a Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, tomou conhecimento de todas as condições para participar de edital público para seleção e celebração do termo, declaração de aprovação das contas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos.

XX - Acatar, no transcorrer da execução de suas atividades, às orientações emanadas pelo Município de Guar com relação ao acompanhamento das ações a serem executadas.

XXI - Manter integral as unidades e equipamentos quando cedidos pelo poder público.

XXII - Assumir todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos, bem como por aqueles decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais e de todos os nus tributários ou extraordinários.

XXIII - Cumprir com o pagamento de todas as tarifas de água, energia, telefone, internet, correio, entre outras e demais despesas de manutenção e de custeio do serviço co-financiado.

XXIV - Apresentar, trimestralmente, até o 10 dia útil do mês subsequente ao vencimento do trimestre, relatório das atividades desenvolvidas pela entidade, o qual deverá ser entregue e protocolado na Secretaria de Administração junto à equipe de monitoramento.

XXV - Apresentar, trimestralmente, até o 10 dia útil do mês subsequente, a relação nominal das pessoas atendidas conforme instrumental a ser indicado pelo rgo Gestor da parceria.

XXVI – Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

celebrao da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade  administrao pública, na hipótese de sua extino.

XXVII - Não transferir ou subcontratar, ceder ou subempreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigaes decorrentes da adjudicao do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a interveno de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados, sob pena de rescisão do Termo e conseqüente indenizao.

XXVIII - Ofertar o serviço gratuitamente ficando impedida de cobrar contribuio, mensalidade, taxa ou outro tipo de participao financeira do usuário, cabendo, no caso de descumprimento, rescisão unilateral do Termo, observadas as legislaes pertinentes. Salvo as participaes já previamente estabelecidas em legislaes próprias.

XXIX - Informar aos usuários sobre o padrão de qualidade e o caráter público do Serviço, bem como o co-financiamento dos entes federados.

 1. Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar de lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 90 (noventa) dias entre a data de sua expedio e a data limite para entrega da documentao.

 2. Os Planos de Trabalho deverão ser assinados pelo técnico responsável pela sua elaborao e pelo presidente da Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos.

 3. A instituio deverá manter atualizada toda a documentao relativa às exigências estabelecidas neste artigo.

Artigo 3. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termos de cessão de uso dos próprios municipais e material permanente junto às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que vierem a ser parceiras na forma desta Lei.

Artigo 4. Os Anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, correspondem aos Anexos “Descrio dos Programas Governamentais/Metas/Custos” do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Projeto AUDESP.

 1. Os termos celebrados na forma desta Lei, inclusive seus critérios de apoio às instituies, metas de atendimento e respectivos valores, observado o art. 26 da Lei Federal Complementar não 101/2000, ficam incluídos no Anexo “Demonstrao da Previsão de Transferências às entidades sem fins lucrativos”, da Lei Orçamentária,



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

e no anexo “Entidades sem fins lucrativos aptas a receberem transferências de recursos”, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5. As despesas com a execução da presente Lei correm à conta de dotações proprias do Orçamento vigente.

Artigo 6. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal/SP, 19 de abril de 2017.

Fabiana Junqueira Seribeli
Presidente

Raphael de Paula Asse
1 Secretário

Abílio Mateus Borges
2 Secretário